



Conservadorismo católico: um regime de historicidade

PATRÍCIA C.M.MARTINS*

Introdução

A presente exposição se configura a partir de uma revisão historiográfica das trajetórias de pesquisa que envolve o mestrado (1998), publicado em 2011, com o título *Práticas e Representações femininas do catolicismo à cultura letrada* (MARTINS); a tese de doutorado intitulada *Seminário Episcopal de São Paulo e o paradigma conservador do século XIX*, defendida no departamento de Ciências da Religião da PUC-SP, em novembro de 2006, dentre outros capítulos de livro e artigos publicados em torno dessa temática e abordagem documental; e, por último, o doutorado também defendido no departamento de História da UNESP-Franca/SP, em 2014, com o título *Filosofia da História nos manuais de Direito Natural do Brasil Império*. Tais pesquisas estão situadas em torno de uma discussão acerca da história cultural das ideias no Brasil Império e Primeira República, na qual privilegiam-se os espaços de erudição mantido pela intelectualidade católica, quais sejam, os sistemas de ensino dedicados à educação elementar, fundamental, secundário e superior. De acordo com Pierre Bourdieu, em sua obra *Economia das Trocas Simbólicas* (1999), entende-se que os sistemas de ensino são propulsores de sistemas de pensamento, que trazem consigo uma noção específica de mundo, promovendo sentidos específicos à existência individual e coletiva. Bourdieu (1999) admite que a cultura erudita, estrutura formas de pensamento explícitas e implícitas, conscientes e inconscientes, que vigoram na dinâmica das relações socioculturais do grupo para o qual se destina. A partir de Bourdieu (1999) entende-se que o catolicismo participou diretamente da contingência provedora da concorrência dos bens culturais intrínsecos à estruturação do mundo contemporâneo. O posicionamento histórico instituído pelos clérigos da Igreja Católica, principalmente por intermédio dos sistemas educacionais, teve participação direta na estruturação do pensamento moderno contemporâneo.

*Profa. Dra. na UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG), e-mail: pcmmartins.pesquisa@gmail.com. Graduação (1995), Mestrado (1998) e Doutorado (2014) em História pela UNESP/Franca-SP. Doutorado em Ciências da Religião pela PUC-SP (2006). Todas as pesquisas contaram com o financiamento da CAPES. Doutorado sanduíche em História, realizado na UNIVERSIDADE DE COIMBRA-P.T.

Entende-se a partir da trajetória de pesquisa dedicada aos sistemas de ensino mantido pelos clérigos católicos, que o catolicismo tramitou de uma ordem discursiva política para a ordem discursiva cultural, no contexto da secularização política e cultural situada no processo histórico dos séculos XIX e XX. Verifica-se que no processo de separação entre Estado e Igreja, o catolicismo se articulou como produtor de sentidos e significados à existência individual e coletiva, configurando uma percepção específica da existência, cuja vida está guiada pela doutrina e dogmas propostos pelos clérigos do catolicismo, tornando-se um sistema de valores que atua no campo das relações culturais. Outro aspecto evidenciado, mormente na tese de doutorado *Filosofia da História nos manuais de direito natural do Brasil Império*, é a relação do pensamento católico com uma dada Filosofia da História, na qual reafirma-se a orientação temporal disposta numa moralidade teológica jurídica, justificada por uma dada noção de passado, presente e futuro capaz de justificar a continuidade moral e ética do catolicismo nos pressupostos do ordenamento da sociedade civil. A partir dessa análise, o catolicismo é entendido como um conjunto de práticas e representações (CHARTIER, 1990) difusora de uma práxis (CHAUÍ, 2003; 405) sociocultural que recai no âmbito das relações de poder sociopolítica. Relações de poder guiada pela orientação teológica garantida pela ação intelectual dos clérigos católicos, detentores hegemônicos dos saberes da erudição em território brasileiro durante a Colônia, do século XVI ao XVIII e no Império, no século XIX.

História Magistra Vitae: um regime de historicidade do catolicismo

A noção de regime de historicidade, proposta por François Hartog (2015), em sua obra *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*, se apresenta inserida nesta abordagem como referencial de análise que ajuda a entender os aspectos relacionados a longa duração do catolicismo junto a cultura política nacional. Cultura política pensada nos termos de Rosanvallon (2010), quanto a ação cultural dos agentes sociais. A noção de Regime de Historicidade de François Hartog apresenta-se aqui como uma chave de validação à noção de longa duração do catolicismo nos pressupostos de formação das práticas e representações socioculturais instauradas em determinados setores da sociedade brasileira sob a influência do catolicismo. Orientação que dialoga com os referenciais da Filosofia e Teoria da História, situando o aporte teórico-metodológica dessa reflexão em torno da noção de tempo, quanto as suas bases constitutivas de formação no campo das ideias engendradas nos saberes da erudição mantidos pelos clérigos.

Portanto, é a noção de tempo de Hartog a categoria conceitual preponderante nessa análise. Tempo que se apresenta como uma experiência, nas reflexões em torno da *História Magistra Vitae*, historicidade hegemônica até o final do século XVIII, cujas dimensões discursivas procuravam agregar passado, presente e futuro (HARTOG, 2015: p.11). Para Hartog

“...um regime de historicidade é apenas uma maneira de engendrar passado, presente e futuro ou de compor um misto de três categoriais, justamente como se falava, na teoria política grega, de continuação mista (misturando aristocracia, oligarquia e democracia, sendo dominante de fato um dos três componentes). (HARTOG, 2015:11)

Compreende-se assim – mais especificamente a partir das abordagens da antropologia cultural de Hartog (HARTOG, 2015:61-64), - que o catolicismo se apresenta como um regime de historicidade a partir da qual se reconhece a vigência de temporalidades, exóginas calcadas em padrões exteriores, menos expostas as rupturas do presente. O catolicismo é detentor de um discurso cuja temporalidade passadista dá sentido a experiência do presente promovendo uma percepção temporal contínua da realidade em curso, menos exposta as fraturas, ou seja, rupturas inerentes a experiência do tempo presente, composta no paradigma da modernidade secularizada guiada pelo racionalismo. Experiência essa que emerge nas práticas e representações da sociedade contemporânea exposta aos impactos da racionalidade instaurada pela tecnologia disposta nas relações de produção e consumo industrial e princípios racionalizantes de democracia. Na seio da *História Magistra Vitae*, vigente na teologia católica o presente não se apresenta como ruptura do passado e sim como continuidade. Por intermédio da teologia católica ocorre a tomada da memória de uma sociedade distante como elemento estruturante do tempo no presente. Pressupostos difusos na moral e ética do catolicismo diretamente vinculada à formação da sociedade brasileira do século XIX, sob a égide do padroado régio

Para Hartog, no seio do processo histórico se articulam concepções que movimentam a experiência histórica da modernidade contemporânea. Experiência em que o futuro passou a ser o instrumento de produção de sentidos para a temporalidade em curso, deixando de ser o passado autor do tempo histórico. Em outras palavras, uma nova temporalidade se efetiva sob o mundo moderno contemporâneo, na qual o passado é substituído pela perspectiva do futuro, principal guia do presente. Na organização do Estado laico, o passado cristão deixou de ser

defendido como referência para a condução do destino humano, o tempo oriundo da racionalidade empregada à ciência e tecnologia tornou-se a fonte de orientação dos sentidos do presente. Temos aí a vigência de uma ruptura temporal entre passado, presente e futuro na contingência histórica perpetrada na orientação política e econômica que dera origem à cultura social contemporânea.

Contudo, o catolicismo se apresenta como um elemento propulsor de um outro sentido histórico. A moralidade e ética católica pode ser pensada como algo que, ameniza as rupturas e temporalidade empenhada no futuro, uma vez que reafirma a *História Magistra Vitae* nas suas estruturas discursivas e também nas práticas ritualísticas, compondo um outro elo, ou sentido de ligação entre passado, presente e futuro, distinto daquele constituído pelos saberes da erudição difusores de uma percepção de mundo laicizada, disposta no cientificismo e cartesianismo.

Sendo assim o termo o regime de historicidade disposto nas práticas do catolicismo, tal como é definido por Hartog, pode ser entendido ao mesmo tempo de forma ampla e específica, mas sempre como referência à memória de um outro tempo, de uma sociedade distante. Portanto, convoca um padrão exterior exógeno. Trata-se de um conceito que dialoga com a noção de ordem do discurso de Foucault (1996), bem como da noção de ordem do tempo de Pomian (1984), ao tratar da experiência enciclopédica e filosófica do tempo.

A *história magistra vitae* identificada nessa abordagem em torno das organizações educativas proposta e mantidas pelos clérigos católicos, configuraram uma conjuntura política no Brasil Império e nas primeiras décadas do século XX, sob a República. Um tipo de história passadista na qual o presente se orienta pelo passado, sendo a história mestra da vida. A partir de Koselleck, Hartog reconhece uma mudança semântica na concepção histórica que reorienta às sociedades submetidas à cultura política do final do século XVIII que se estende para os séculos XIX e XX.

Todavia, a partir da noção da concorrência dos bens culturais de Bourdieu, observa-se uma multiplicidade de noções e consequentemente experiências temporais que apontam outras sentidos e significados à existência, não orientados pelos saberes da erudição do racionalismo científico. Assim, também os discursos da teologia católica não apresentam uma noção de tempo pronta e acabado, mas sim de continuidade do passado vivenciado na experiência do presente, na qual os clérigos e os fiéis se apresentam como os guardiões dessa temporalidade

passada, dessa *historia magistra vitae*, tomada como algo a ser reafirmado no presente e no futuro. Aqui o catolicismo se apresenta como um guia de condução à sociedade brasileira e se reafirma nos processos civilizatórios do século XIX disposto na formação da nação brasileira.

Verifica-se nesta discussão que, no contexto do Brasil Imperial, os processos de ruptura com o passado foram atenuados sob a instauração de uma política monárquica pautada no Padroado Régio legitimado pelo catolicismo. O discurso político religioso católico, legitimava a continuidade sociocultural e política de reafirmação do passado histórico cristão europeu como elemento estruturante da formação da noção de independência e autonomia elementares à formação do Estado e da Nação. Quero dizer com isso, que o catolicismo esteve na base da composição dos processos identitários engendrados na unidade cultural vigente tanto entre as elites regionais como entre os representantes do poder central que compunham a corte no Rio de Janeiro. Nessa perspectiva pode-se dizer que no Brasil existe uma reafirmação da Filosofia da História Cristã engendrada pelo catolicismo, tendo sido o sistema imperial pautado no padroado régio o período de estruturação desse pensamento. A partir dessa contingência política e cultural pertencer a civilização ou mesmo entrar no curso da história da humanidade implicava a inserção nas práticas e representações dos dogmas e das doutrinas do catolicismo como orientação histórica à vida coletiva, ponto que evidencia os aspectos da *História Magistra Vitae* Católica.

Os sistemas de ensino como sistemas de pensamento

Essa discussão se articula a partir da análise dos sistemas de ensino aplicados pelos clérigos franceses na província de São Paulo no século XIX e Estado de São Paulo nas primeiras décadas do século XX. Entende-se que, por intermédio dos sistemas de ensino, mormente àqueles mantidos em regime de internato no século XIX e início do século XX, a intelectualidade católica garantiu sobre o Brasil, a continuidade da *historia magistra vitae* junto ao público diretamente vinculado às oligarquias. A difusão da erudição católica de cunho teológico humanista, orientada pelos direcionamentos doutrinários do Concílio Vaticano I, favoreceu a constituição de uma elite aristocrática, distinta pelo envolvimento específico com a cultura letrada. Nessa cultura vigora uma historicidade que teria prevalecido na organização das sociedades do ocidente europeu desde a antinguidade até o final da era moderna, no final do século XVIII. A partir do século XIX, um novo regime de historicidade se configura tendo

o futuro como premissa de orientação para o presente, deixando de ser o passado seu principal pressuposto.

A presença desse discurso feito em nome do universalismo humanista encontrou nas escolas sob o regime de internato o espaço privilegiado de sua difusão junto à população civil, no século XIX, caracterizando um modelo de sociedade distinto daquele proposto pelo Estado secular. Os colégios internos, no Brasil Império, configuram temporalidades próprias, dispostos em uma rotina ritualística de reafirmação dos dogmas e doutrinas do passado católico cristão. No interior do internato ocorre uma institucionalização particular do tempo, guiado por um princípio estatutário interpretado sob as luzes da doutrina e dogmatismo religioso cujo propósito era afastar a comunidade ali envolvida da temporalidade em curso fora dos muros do internato. Temporalidade demarcada pelo ritualismo religioso que remetia ao passado medieval. Essa discussão pode ser identificada no artigo *Moralidade e tradicionalismo católico no século XIX: códigos de conduta do Seminário Episcopal de São Paulo*, publicado na Revista Brasileira de História das Religiões em 2013 (MARTINS, 2013). Nesse texto encontra-se uma síntese das concepções morais e éticas, sistematizadas no *Regulamento para os ordinandos* e no *Regulamento ao Clero*, vigente no Seminário Episcopal de São Paulo, durante a segunda metade do século XIX. Vale ressaltar ainda que o Seminário não se destinava apenas à formação clerical, mas também ao ensino elementar e secundário, atendendo à demanda educacional da elite agrária do interior da província. Ambos os documentos caracterizam a concepção tradicionalista e conservadora do catolicismo diante da modernidade contemporânea definida no contexto da organização da democracia política e da produção industrial. Em tais textos encontram-se os elementos implantados na organização pedagógica do Seminário, determinando os aspectos psicológicos, morais, éticos, filosóficos, teológicos entre outros que viriam representar o comportamento religioso do católico, sendo o clero o modelo exemplar dessa conduta. Todo o texto é justificado com passagens bíblicas citando São Paulo, Carta aos Hebreus, São João e ainda Santo Agostinho, a partir dos quais definiam-se conceitos relacionados a fé, vocação, espiritualidade, sexualidade bem como formas de se vestir e se portar em sociedade compondo um paradigma específico de moralidade e ética (MARTINS, 2013:58-60). De modo geral,

A educação propalada no Seminário almejava a formação de um quadro de intelectuais conservadores, defensores de uma ordem política hierárquica, fundamentada numa filosofia teológica medieval, e de uma doutrina religiosa que

legitimava a permanência dos clérigos, sob orientação do papa de Roma, como portadores da verdadeira tradição cristã (MARTINS, 2013: 56)

Também na publicação *Práticas e Representações femininas do catolicismo a cultura letrada* (2011), foi analisado os aspectos arquitetônicos destinados ao controle das alunas no interior do internato, a partir das discussões acerca do panoptismo vigentes em Foucault (1987) e Erving Goffman (1974).

Além dos aspectos práticos formais conformados à conduta, disposta no campo da moralidade e da ética sócio cultural de um mundo em constante transformações, um princípio filosófico teológico se constituía a partir das bibliografias que compunham as matérias de formação bem como os grupos de estudos que também eram comuns entre os alunos, estimulados por determinados professores. Essa discussão também se encontra sistematizada em um artigo igualmente publicado na *Revista Brasileira de História das Religiões, Conservadorismo, educação e tomismo no Império Brasileiro* (MARTINS, 2009a), e no texto *Teoria da História e Neotomismo no paradigma educacional brasileiro do século XIX* (MARTINS, 2009b), publicado nos anais do Simpósio Nacional da ANPUH de 2009; em ambos os trabalhos se discute as principais obras atreladas à formação do clero e também dos secundaristas inseridos no interior do Seminário Episcopal de São Paulo. Dentre as obras de formação se destacavam a *Filotéia ou Introdução à vida devota de São Francisco de Sales; Teologia Dogmática e Moral* do Abade Gousset; e, o *Catecismo do Abade Guillois* em quatro volumes (MARTINS, 2009:246). Tais obras atestam a presença da cultura católica francesa dos séculos XVII e XVIII, reafirmadas no século XIX como meio de se opor aos erros da modernidade contemporânea. Tais obras expressam a vertente católica dos capuchinhos de Savóia, os quais na contingência do crescimento urbano do Brasil no século XIX estavam revestidos de significados relevantes ao processo de modernização pela via educacional, sendo a educação francesa um símbolo de desenvolvimento educacional para o Novo Mundo representado pela América. É importante considerar que o Cardeal Gousset e Abade Guillois são intelectuais que se projetaram durante a passagem do século XVIII para o XIX, compondo àqueles que agiram contra o racionalismo científico oposto à percepção de mundo até então engendrada pelo catolicismo. Tratam-se dos intelectuais franceses que se opunham à modernidade contemporânea, cujo maior representante tem sido Chateaubriand.

A *Filoteia* foi escrita no século XVII, também na mesma região de onde migraram os capuchinhos, região da Savóia. A obra serviu de inspiração para a formação de grupos de estudos durante o século XIX e também na primeira metade do século XX. Em formato de livro de bolso,

A Filoteia se apresenta para o leitor como um livro singular na orientação dos exercícios religiosos. Ela propõe uma nova concepção de retiro espiritual que pode ser feito em comunidade, no dia-a-dia entre as atividades sociais, não exigindo o isolamento comum dos retiros. O objetivo da obra é desenvolver o ascetismo como garantia de ascensão às maiores virtudes do homem, tornando-o um ser perfeito dentro das imperfeições da sociedade humana do seu tempo. Em suas notas explicativas Filoteia significa uma alma que ama a Deus (MARTINS, 2009:246).

Verifica-se ainda na trajetória de pesquisa, tendo a educação como objeto de análise, perpassando os sistemas de pensamento difusos na educação elementar, fundamental e secundária do final do Império e Primeira República, bem como dos sistemas educacionais das Faculdades de Ciências Jurídicas e Sociais do Império, as quais fizeram parte do doutorado em História defendido na UNESP/Franca – SP (2014), que a educação foi um espaço potencial de difusão de uma matriz do pensamento católico estruturado no processo de formação da identidade nacional difusa no Brasil. Tipo de orientação tomada aqui nesta exposição como um regime de historicidade, posto que compõe uma visão de mundo instrumentalizada pelas práticas ritualísticas praticadas tanto em âmbito coletivo como individual. A partir da orientação católica configura-se um sentido existencial diferente daquele disposto no discurso cientificista dedicado à compreensão do mundo material.

O Brasil Império se apresenta como uma matriz estruturante dessa concepção de mundo católica no contexto de formação do Estado e da Nação brasileira. Nesse contexto político, a educação católica proporcionou um determinado racionalismo constituído pelo pensamento cristão católico. Sob a defesa do passado bíblico, o racionalismo teológico do catolicismo foi interlocutor do discurso racionalista mantido pelos sistemas educacionais públicos mantidos pelo Estado Imperial. Assim o catolicismo apresenta-se como mais um referencial da concepção de tempo disposta nas relações socioculturais e sóciopolíticas, caracterizando padrões temporais no processo de composição da modernidade brasileira. Essa ordem temporal orientada pelo passado, nas sociedades guiadas pela tecnologia industrial trouxe consigo a noção de indivíduo desdobrada no reconhecimento de si mesmo como sujeito histórico cristão.

Uma vez guiado pelo catolicismo, essa noção de sujeito histórico está consubstanciada pela sua continuidade junto à comunidade religiosa que pertence, identificada nos ritos que legitimam dogmas e doutrinas que ultrapassam, na esfera íntima, o cientificismo cartesiano dispostos nos padrões sociais.

Em síntese, os grupos sociais expostos a ordem do discurso católico, tomado aqui como um regime de historicidade, construiu a sua condição de sujeito histórico na percepção de mundo da teologia católica. Os grupos sociais submetidos à educação clerical e atrelados aos discursos paroquiais, círculos concêntricos do pensamento clerical, foram articulados num movimento de composição cultural, compondo e formando valores capazes de dar sentido à existência individual e coletiva, que fornece significados que vão além da realidade material. Movimento de ideias garantido pela ação intelectual dos clérigos católicos, tomado nesse texto como grupo provedor do regime de historicidade que garantiu a continuidade da *história magistra vitae* cristã, nas estruturas da organização da política cultural do Estado e da Nação.

No Brasil Imperial (1822-1889), o Padroado Régio intensificou a migração de clérigos europeus, franceses e italianos, para o Brasil, os quais participam de um movimento de reafirmação do pensamento associado à tradição e ao conservadorismo. Intelectualidade católica empenhada na composição de uma estrutura de pensamento, com ressonância nos espaços de erudição destinados a elite instituída, tanto vinculada ao poder central como entre os grupos regionais.

Considerações finais

Portanto, o catolicismo mesmo se opondo, em seu discurso, à ordem do tempo em vigor deve ser tomado, também, na perspectiva de uma experiência temporal específica do mundo contemporâneo. Entende-se que o catolicismo configura um sistema de pensamento que avança nos períodos históricos configurando uma historicidade própria, uma experiência temporal particular, associada à complexidade da experiência temporal dispostas no século XIX e XX. Experiência essa que dialoga com o mundo contemporâneo em vários níveis e com outras formas de conceber o tempo e viver a experiência do tempo. Assim, a ordem do tempo do catolicismo teve nas práticas de erudição seu movimento de reafirmação dos sentidos teológicos na orientação do processo histórico.

O catolicismo situado na conjuntura do Brasil Imperial, legitimou o sistema sócio-político do padroado régio. Considerado um momento estruturante da formação do Estado e da

Nação, o ordenamento político imperial constituiu espécie de gênese da sociedade civil reconhecida no paradigma cristão. O discurso clerical, amparado no poder político, disseminava a ideia de inserção da sociedade brasileira no curso da história universal da humanidade. No seio da formação do Estado Nacional, predominava, a ordem do discurso católico (FOUCAULT, 1999), de reafirmação de uma exegese bíblica, difusa na aplicação de compêndios de filosofia teológica, também denominada de filosofia racional teológica, sobretudo no âmbito do ensino secundário.

Com isso tem-se como hipótese o reconhecimento do catolicismo como elemento de longa duração do processo histórico, presente na formação da identidade nacional brasileira. A despeito das várias perspectivas interpretativas da teologia católica aplicada pelos clérigos nas diferentes orientações políticas tanto do Estado como da hierarquia romana, ou mesmo das ordens e congregações que atuaram sobre Brasil, a noção de conservadorismo emerge como ideia central, de concatenação dos distintos movimentos internos do catolicismo ao longo de sua difusão nas fases políticas do Brasil Colônia, Império e República. O conservadorismo estaria associado a reafirmação do texto bíblico para explicar as tensões do presente bem como dissolvê-las a partir de um ato de fé e cumprimento de moralidades pré-estabelecidas nas encíclicas conciliares, que perpassam o Concílio de Trento (séculos XVI-XVII), o I Concílio Vaticano (século XIX), e o II Concílio Vaticano (século XX).

Considera-se que, a produção intelectual dos clérigos e adeptos do catolicismo, agrega o percurso de ideias dos intelectuais católicos posicionados como defensores e propagadores de uma filosofia teológica composta sob uma compreensão específica de tradição e conservadorismo ao longo dos séculos XIX e XX. Embora a presente discussão esteja mais diretamente associada ao movimento de ideias configurados em torno do ultramontanismo, difundido no Brasil durante a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, pelo recorte temporal e objetos de análise efetivados na trajetória de pesquisa, reconhece-se a existência de aspectos mais abrangentes concatenados em torno das concepções teológicas do catolicismo fundamentado na noção de conservadorismo e tradição. Fato que posiciona o catolicismo em torno de um pensamento continuamente conservador, mesmo tendo apresentado desdobramentos específicos em sua interioridade modulado pelo diálogo das diferentes historicidades para o qual se apresenta.

Posto isso, a abordagem de Hartog, quanto à compreensão dos regimes de historicidade, configura-se como referencial para a leitura dos aspectos teóricos do conservadorismo católico

em questão, como um tipo específico de regime de historicidade do mundo contemporâneo. Nesse sentido a discussão se encerra em torno de questões atuais pautadas na noção de crise, na qual um regime de historicidade, no caso o pensamento orientado pelos intelectuais católicos, teria sido capaz de concatenar aspectos do passado, do presente e do futuro, envolvendo as relações sociais, políticas, culturais e econômicas do Brasil nos valores do passado cristão. O conservadorismo católico é tomado como uma forma de se impor no mundo que legitima aspectos da sociedade aristocrática e oligárquica, associados a uma forma específica de democracia patriarcal. Ele não perpassa apenas os aspectos relacionados aos grandes líderes e a hierarquia social, mas também às ações que permeiam as concepções de vida do homem comum. Para Hartog os regimes de historicidade se consolidam em situações de crise e demasiado presentismo, na ausência de outros sentidos capazes de agregar a dimensão temporal humana. Tipo de análise que nos ajuda a entender àquilo que podemos chamar de conservadorismo católico em meio a composição da sociedade brasileira, no contexto de constantes transições políticas, alinhadas no discurso de continuidade e permanência de uma sociedade essencialmente cristã.

BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DUVERGER, Maurice. O conceito de Império. In: DORÉ, Andréa; LIMA, Luís Filipe S.; SILVA, Luiz Geraldo (orgs.). **Facetas do Império na História**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Brasília, DF: Capes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo**. Belo Horizonte, Autêntica editora, 2015.

JANCSÓ, István (org.). **Brasil, Formação do Estado e na Nação**. São Paulo: Hucitec; Unijuí; Fapesp, 2003.

LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro de 2005.

MARRAMAO, Giacomo. **Céu e Terra: genealogia da secularização**. São Paulo: UNESP, 1997.

MARTINS, Patrícia C.M. **Seminário Episcopal de São Paulo e o paradigma conservador do século XIX**. São Paulo, 2006. 309f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MARTINS, Patricia C.M.. Conservadorismo, educação e tomismo no império brasileiro. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Ano I, n.3, 2009. Dossiê Tolerância e Intolerância nas manifestações religiosas.

MARTINS, Patrícia C.M.. Moralidade e tradicionalismo católico no século XIX: Códigos de conduta do Seminário Episcopal de São Paulo. **Revista Brasileira de História das Religiões**, ANPUH, Ano VI, n.16, Maio 2013. Dossiê Facetas do Tradicionalismo Católico no Brasil.

MARTINS, Patrícia C.M.. **Práticas e representações femininas do catolicismo à cultura letrada: o modelo civilizatório sobre o Brasil, no início do século XX**. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2011.

MARTINS, Patricia C.M.. Teoria da História e Neotomismo no paradigma educacional brasileiro do século XIX. ANPUH, **XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – Fortaleza, 2009.

POMIAN, K.L.. **Ordre du temps**. Paris: Galliomard, 1984.